

Sua Excelência António Guterres
Secretário-Geral das Nações Unidas
NOVA IORQUE

Haia, 14 de abril de 2021

Imaginando novos contratos sociais: um apelo para colocar as pessoas no centro da justiça

Vossa Excelência,

Escrevemos-lhe como Estados-membros das Nações Unidas empenhados em construir sociedades mais pacíficas, justas e inclusivas conforme o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 16. Esperamos, com esta carta conjunta, informar a vossa reflexão sobre as recomendações para o avanço da nossa Agenda Comum, tal como solicitado na Declaração sobre a comemoração do septuagésimo quinto aniversário das Nações Unidas.

Escrevemos esta carta no contexto de uma pandemia que trouxe drásticas mudanças às sociedades em todo o mundo. Uma pandemia que expôs desigualdades, exacerbou injustiças e contribuiu para uma onda de protestos e agitação. Seus impactos foram particularmente terríveis nos países afetados por conflitos, mas os apelos a um maior respeito pelos Direitos Humanos, pela democracia e pelo Estado de Direito, incluindo mais dignidade, igualdade e justiça, foram ouvidos em todo o mundo. A pandemia também demonstrou a nossa interdependência e a necessidade de maior cooperação internacional, inclusive para a equidade na vacinação. A prevenção de conflitos, a manutenção da paz, a promoção do Estado de Direito e o acesso à justiça são pilares cruciais para que alcancemos a melhor reconstrução.

Neste contexto, atendemos ao vosso apelo de “um novo contrato social para uma nova era” ao abrigo da Agenda Comum, e concordamos ser necessário repensar os fundamentos das nossas sociedades à medida que trabalhamos para um futuro mais equitativo, mais resiliente, mais pacífico e sustentável.

Promover o Estado de Direito é parte fundamental da construção da confiança no contrato social. O Estado de Direito requer também uma nova abordagem sob a qual os sistemas de justiça possam ser mais eficazes e transparentes no tratamento de injustiças e queixas, no combate às desigualdades e na construção de sociedades resilientes. Acreditamos que transformar a justiça colocando as pessoas no seu centro é a chave para reavivar os laços que mantêm as nossas sociedades unidas e para restabelecer a confiança entre pessoas, comunidades e governos.

A nível mundial, mesmo antes da pandemia, 1,5 mil milhões de pessoas tinham problemas de justiça por resolver, como revelou a publicação de dados mais precisos sobre o tamanho da lacuna no acesso à justiça em todo o mundo. Os dados também mostram que certos grupos (incluindo, por exemplo, mulheres, crianças e jovens) são mais vulneráveis a injustiças do que outros. Temos a responsabilidade de não deixar ninguém para trás. Além disso, a impunidade – inclusive para os crimes mais graves ao abrigo do Direito Internacional – continua a ser um fardo para as sociedades.

Sistemas de justiça que não são capazes de resolver e prevenir os problemas de justiça das pessoas

enfraquecem o contrato social e criam demandas sem resolução, violência e instabilidade. A corrupção dos atores dos sistemas de justiça e instituições que servem aos poderosos e não ao povo minam a confiança em muitos países. À medida que o mundo emerge da pandemia, é premente reverter políticas e ações coercivas frequentemente aplicadas durante a emergência de saúde pública que carecem de respeito pelos Direitos Humanos.

Os ODS procuram promover sociedades pacíficas, justas e inclusivas, proporcionando igualdade de acesso à justiça para todos e construindo instituições responsáveis e transparentes. Alcançar este objetivo requer mudanças que procurem colocar as necessidades e os direitos das pessoas no centro dos sistemas, serviços e políticas de justiça e que permitam que as instituições possam responder de forma eficaz e credível. O acesso à justiça deve ser visto como a capacidade de as pessoas resolverem e prevenirem os seus problemas de justiça e utilizarem a justiça como plataforma de participação nas suas economias e sociedades.

Os seguintes princípios para alcançar uma justiça centrada nas pessoas receberam reconhecimento e apoio dos Estados-membros da ONU na [Declaração de Haia](#), no [Plano de Ação Conjunta](#) dos países do G7+ e em declarações posteriores:

1. **Colocar as pessoas e as suas necessidades de justiça no centro dos sistemas de justiça.** Compreender o que as pessoas precisam e querem quando procuram justiça, e a justiça que recebem. Fazer melhor uso de dados (incluindo o novo indicador 16.3.3 do ODS 16) para mapear e compreender o contexto dos grupos mais suscetíveis a injustiças e adaptar ações para atender a estes grupos.
2. **Resolver problemas de justiça.** Transformar as instituições de justiça e alargar o leque de atores formais e informais dos sistemas de justiça de modo a proporcionar às pessoas soluções de justiça que sejam justas, inclusivas, relevantes e oportunas e que respeitem os Direitos Humanos. Promover a justiça aberta e incorporar inovações de alta e baixa tecnologia baseadas em dados, digitalização, evidências e aprendizagens.
3. **Aprimorar as jornadas de justiça.** Capacitar pessoas e comunidades para compreender, usar e moldar a lei, aumentar a participação efetiva na justiça e fornecer serviços de justiça centrados nas pessoas que as ajudem a alcançar resultados justos.
4. **Utilizar a justiça para a prevenção e para promover a reconciliação.** Tomar medidas para reduzir a violência e desanuviar conflitos e disputas, construir sistemas de justiça confiáveis e legítimos, prevenir a recorrência de graves violações de direitos humanos, combater as causas profundas da injustiça e utilizar a lei para mitigar riscos.
5. **Capacitar as pessoas para acederem a serviços e oportunidades.** Eliminar barreiras legais, administrativas, financeiras e práticas que as pessoas enfrentam para obter documentos, aceder a serviços públicos – inclusive para a saúde mental – e participar plenamente na sociedade e na economia, promovendo ao mesmo tempo a igualdade de género.

Ao promover a justiça centrada nas pessoas, podemos reduzir a desigualdade e a exclusão, reduzir todas as formas de violência, reavivar o contrato social e reconstruir a confiança. Isto permitir-nos-á atuar mais eficazmente para defender os Direitos Humanos, combater o racismo, a discriminação e outras formas de injustiça estrutural, e responder melhor às exigências da próxima geração, especialmente em matéria de justiça climática.

Do nosso lado, planeamos contribuir para a construção de sociedades pacíficas, justas e inclusivas de várias formas, inclusive através de uma coligação de ação pela justiça que servirá como plataforma onde os atores dos sistemas de justiça poderão trocar experiências. Estamos cientes de que alguns países necessitarão de apoio institucional ou financeiro para que possam prover o acesso à justiça

para todos. O nosso objetivo é forjar novas parcerias e reforçar a colaboração além-fronteiras, em conformidade com a vossa visão de multilateralismo inclusivo e em rede.

Contamos com as Nações Unidas como parceira neste esforço, e convidamos Vossa Excelência a tomar medidas práticas para tornar a ONU mais adequada ao seu propósito, trazer vozes e abordagens mais unificadas para a revisão da estratégia de Estado de Direito da organização, e trabalhar em mais estreita cooperação com instituições financeiras internacionais, organizações regionais e a sociedade civil.

Encorajamos Vossa Excelência a incluir na Agenda Comum estes cinco princípios sobre justiça centrada nas pessoas e uma visão de justiça onde ninguém fica para trás, a identificar a justiça como princípio orientador da recuperação económica e da redefinição das sociedades, e a elevar as nossas ambições coletivas para alcançar o objetivo de proporcionar igualdade de acesso à justiça para todos até 2030.

Estamos prontos para apoiá-lo nestes esforços.

A Carta Conjunta para o Secretário-Geral das Nações Unidas – “Repensando o contrato social: Um chamado a colocar as pessoas no centro da justiça” (*“Reimagining Social contract: A call to put people at the centre of justice”*) – foi endossada na Reunião Ministerial sobre a Construção de Sociedades Pacíficas e Inclusivas através da Justiça para Todas e Todos, realizada virtualmente em 14 de abril de 2021.

A carta foi endossada pelos seguintes países: **Afganistão, Alemanha, Canadá, França, Holanda, Ilhas Salomão, Indonésia, Japão, Libéria, Líbia, Luxemburgo, Portugal, São Tomé e Príncipe, Serra Leoa, Suécia e Suíça.**

A reunião foi organizada pelo Ministério das Relações Exteriores do Reino dos Países Baixos, o secretariado do g7+, The Elders, e os Pioneiros por Sociedades Pacíficas, Justas e Inclusivas.

Para mais informações, consulte o seguinte link: www.justice.sdg16.plus